COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO IX PREÇO AVULSO: 60$00 Nº 85 FEVEREIRO 1993

O julgamento de Xanana Gusmão

A grande incógnita

Prossegue em Dili o julgamento-farsa de Xanana Gusmão. Apresentado pelo regime de Jacarta como a "pedra tumular" do problema, ele tem, no entanto, avivado o reconhecimento público da necessidade de um compromisso político para a sua resolução. E muitos observadores interrogam-se hoje sobre o que chamam de "enigma" de Dili.

DE NÃO-QUESTÃO A QUESTÃO QUASE NACIONAL

A prisão e julgamento de Xanana Gusmão tem vindo a chamar as atenções da opinião pública indonésia para o problema de Timor-Leste. Como informava o correspondente em Jacarta da **Radio Australia News**, (4/2/93) "*na Indonésia* [o julgamento] *é referido nos noticiários da TV todas as noites e manhãs e aparece na primeira página na maioria dos diários. Curiosamente está também a ser emitido em ondas médias e curtas para Timor-Leste e, de acordo com funcionários governamentais, está a sê-lo igualmente em ondas curtas para a Austrália*".

Apresentada ao longo de todos estes anos pela classe dirigente como uma não-questão, isto é uma questão que só o era para os "outros", para os que não tinham conseguido libertar-se do seu passado colonial (subentenda-se, Portugal), o regime está a conseguir transformar o problema de Timor-Leste numa verdadeira questão nacional indonésia. De uma forma lenta, ele está a tornar-se na charneira em torno do qual se vemi definindo e organizando o debate pela democratização da sociedade indonésia.

Cada vez menos, hoje, o problema de Timor se reduz na sociedade indonésia às tomadas de posição isoladas do **Infight** (uma ONG de defesa dos direitos humanos).

Exemplo disto foi a discussão havida nas páginas da imprensa daquele país provocada pelo facto de Xanana ter sido acusado não ao abrigo da lei anti-subversão mas do Código criminal. Alguns meios jurídicos indonésios notaram que a ser verdade, como afirmavam as autoridades, que não havia nada de especial no julgamento do ex-dirigente timorense, então ele deveria ter sido levado a tribunal ao abrigo da primeira daquelas leis, como tem acontecido com casos semelhantes em que o Estado sentiu a sua autoridade ameaçada. Casos da manifestação de Tanjung Priok (Setembro de 1984), dos levantamentos de camponeses contra a expropriação das suas terras em Lampung, as acções do Movimento de Libertação do Aceh e da OPM (Organização de Libertação da Papua Ocidental).

A justificação dada pelo Acusador Público foi a de que Xanana era um criminoso vulgar. E se tal deu a oportunidade às associações de advogados preocupadas com a defesa dos direitos humanos - caso do LBH - de se regozijar com o precedente aberto, afirmando que isso representava "*o reconhecimento pelo governo de que a lei anti-subversão está ultrapassada*" (**Forum Keadilan**, 21/1/93), outros juristas chamaram a atenção para o facto de esta opção por parte das autoridades ser a consequência de a questão de Timor-Leste não ter sido ainda solucionada no quadro das Nações Unidas. Era "*uma questão de estratégia do governo*", pois quer sob a lei anti-subversão quer sob o Código criminal as sanções podiam ser similares mas, juridicamente falando e para o mundo exterior, o efeito não seria o mesmo.

Por sua vez o Procurador Geral defendeu, perante uma comissão parlamentar, a necessidade da continuação da existência da lei anti-subversão - criada em 1963, no período da presidência de Sukarno - como instrumento para enfrentar as actividades clandestinas. "*Querem que o nosso país se transforme numa Jugoslávia ou numa Bósnia?*" perguntou aos parlamentares. Questionado porque não recorreu a acusação àquela lei para incriminar Xanana Gusmão, o Procurador justificou-o pelo facto deste ser um rebelde que desenvolvia as suas actividades "abertamente". "*O que é considerado como subversão são as actividades clandestinas*", disse (**Jakarta Post**, 5/2/93).

A SUSPEITA DE "*UMA GRANDE HISTÓRIA*"

"*Ao realizar um julgamento público em plena Dili, perante jornalistas e diplomatas estrangeiros, a Indonésia parece confiante de que Gusmão aceitou o seu destino e permanecerá calado. Também parece optimista a convicção de que isto, por sua vez, convencerá os remanescentes da Fretilin, e o mundo, a esquecer uma das mais sangrentas lutas dos finais do séc. XX. Esta confiança parece prematura*". Assim se referia o jornalista do diário australiano **The Age** (3/2/93) ao estado de espírito das autoridades de Jacarta nos inícios do julgamento.

O comportamento de Xanana depois da sua prisão - o seu apelo aos antigos companheiros para que desistissem da luta, a sua assunção em tribunal da nacionalidade indonésia -

NESTE NÚMERO:

- Xanana Gusmão: a grande incógnita
- Indonésia: cada vez mais queixas
- Encontro Internacional de Solidariedade

justificavam o optimismo e confiança indonésias e lançavam a dúvida sobre o que estaria por detrás daquelas atitudes do antigo comandante das Falintil.

Esta mesma interrogação era levantada pelo editorial do **Sydney Morning Herald** de 8 de Fevereiro, significativamente intitulado "*Enigma em Timor-Leste*".

"*O que se passa?*", perguntava o editorialista. "*Parecem haver duas explicações possíveis. A primeira é que Xanana desistiu, ou porque chegou à conclusão que a independência é impossível ou porque receia pela sua segurança ou a dos seus familiares e amigos. A outra possibilidade é a de que Xanana fez um acordo com os seus captores*".

E reflectindo sobre os motivos que terão levado o regime de Jacarta a levar o ex-líder timorense a tribunal no quadro do Código criminal, o editorialista avança: "*Mas é mais provável que os dirigentes indonésios tenham outras, mais importantes, razões para um enquadramento mais suave. Timor-Leste é uma ferida aberta. Algum tipo de compromisso político aparece, de uma forma crescente, como necessário. Xanana é a pessoa óbvia para representar os timorenses. Não é de todo inconcebível que Xanana, ao declarar-se como cidadão indonésio, esteja a representar a primeira parte de um compromisso cuidadosamente preparado, um que o veja condenado a uma longa pena (as aparências são importantes) mas que, numa detenção relativamente confortável, ali esteja, em estilo Mandela, para o caso de negociações sérias se tornarem uma opção*".

E Lindsay Murdoch, que em Dili fazia a cobertura do julgamento para este mesmo jornal, dava na sua edição de 20/2/93 o seguinte retrato do ex-guerrilheiro:

"*Xanana Gusmão mostra-se notavelmente cooperativo para alguém que enfrenta a possibilidade de execução.*

Nenhum crime parece ser suficientemente grave para não admitir a sua responsabilidade nele, incluindo o de crime em massa. Mas o dirigente do movimento de resistência de Timor-Leste não parece derrotado. Olha os seus acusadores bem de frente nos olhos, impenitente, talvez mesmo com uma ponta de arrogância.

O paradoxo do julgamento de Xanana (...) é que um maciço caso legal preparado contra ele pela Indonésia serve para provar o que o próprio Xanana aparentemente quer que o mundo saiba: ele, e mais ninguém, tem dirigido a guerrilha contra o domínio indonésio desde 1979. (...).

Xanana Gusmão é um enigma. Astuto e expedito, como o mostrou no passado a expensas da Indonésia, permanecerá um elemento chave no futuro de Timor-Leste independentemente dos resultados do julgamento. Talvez tenha uma surpresa escondida na manga. (...). 'Suspeito que há uma grande história por detrás de tudo isto' *comentou um diplomata europeu (...).*".

SENTENÇA: O MENOS RELEVANTE?

Neste quadro, a sentença que irá cair sobre os ombros de Xanana Gusmão acaba por ser o menos relevante. Ela será, antes do mais, a resultante de um conjunto de forças contraditórias - as pressões externas sobre o regime e as suas respostas a estas, a luta de facções dentro da classe dominante e o posicionamento de cada uma delas perante o conflito.

Xanana é acusado de cinco crimes sob o Código criminal indonésio referentes a rebelião, conspiração e empenhamento em actos separatistas, acusações que podem implicar uma pena variando entre os 20 anos e a prisão perpétua. Há ainda uma acusação subsidiária relativa à posse de armas de fogo que poderá levar à pena de morte mas observadores consideram muito pouco provável que a acusação peça a pena capital.

De acordo com o calendário do julgamento divulgado pelo **Jawa Pos** de 3/2/93, no dia 4 de Março a acusação apresentará o seu pedido de pena. Em 20 de Março o tribunal decidirá do veredicto. De notar que a esmagadora maioria das testemunhas de acusação se encontram detidas, aguardando algumas delas julgamento (caso de Mau Hodu, aliás José da Costa, que está à espera há mais de um ano) e outras já tendo sido julgadas (casos de Gregório da Cunha Saldanha, condenado a prisão perpétua, e Francisco Miranda Branco, condenado a 15 anos de cadeia). Ainda entre estas encontram-se a irmã mais nova de Xanana, Arminda Maria Gusmão, e o marido, Gil dos Santos.

Esta situação não tem, porém, impedido o tribunal de presenciar cenas de discreta cumplicidade entre as testemunhas de acusação e o réu. Foi o caso de António Soares da Silva, aliás Maukalo, de 33 anos de idade, antigo comandante das Falintil. Ao ser questionado sobre a sua nacionalidade, declarou que até ser preso, em 1991, considerava-se um cidadão português, mas "*agora sou indonésio*" disse, enquanto Xanana acenava com a cabeça e sorria. (**The Age**, 19/2/93).

Outro bom exemplo das dificuldades das autoridades em controlarem os testemunhos dos "acusadores" é relatado por Lindsay Murdoch no **The Age** de 23/2/93 ". *António Campos, um antigo operador de rádio*" da Resistência preso em 1987 disse ao tribunal que José Alexandre Gusmão "*estava frequentemente em contacto com a Austrália via rádio para passar informações tais como as operações da Fretilin e os* 'espancamentos da população pelas tropas indonésias'. *Um dos juízes (...) interrompeu e fez uma pergunta não relacionada com os espancamentos citados por Campos.*

Mais tarde, um outro juiz interrogou Campos sobre se os guerrilheiros da Fretilin tinham morto aldeões 'de uma forma cruel e sádica'. 'Sim' *foi a resposta.* 'Quem foram eles?' - 'Espiões'."

Cumplicidades e surpresas não previstas pelo tribunal. □

Direitos humanos na Indonésia

Queixas aumentaram em 1992

A Fundação Indonésia de Ajuda Legal (YLBHI), uma das mais destacadas organizações não-governamentais indonésias, deu uma conferência de imprensa a 10 de Dezembro de 1992, dia internacional dos direitos humanos, a fim de tornar públicos os resultados das suas pesquisas neste campo. De acordo com a Fundação a situação dos direitos humanos na Indonésia não melhorou: em 1992, o número de queixas contra o aparelho de segurança aumentaram em cerca de 30%.

O CONTROLO DAS FORÇAS ARMADAS

O governo tem, entretanto, multiplicado as iniciativas para melhorar a sua imagem internacional, de que é exemplo a criação recente de uma comissão parlamentar para os direitos humanos. Esta iniciativa foi recebida com grande cepticismo por parte dos activistas dos direitos humanos. Segundo Helmi Fauzi, director do centro indonésio dos direitos humanos em Sydney, a formação desta comissão num parlamento "fantoche" não vai implicar uma melhoria significativa na situação. "*É o trabalho das organizações de base que tem tido e continuará a ter alguma influência no campo dos direitos humanos*" afirmou ele.

O LBH alega que "*o processo de uma eleição neste regime é meramente uma tentativa de legitimar o seu carácter repressivo*". As eleições de Junho último, que deram ao

partido do governo a maioria, foram apresentadas pelas autoridades como um "festival de democracia" e o Primeiro-Ministro australiano, Paul Keating, congratulou Suharto pelo modo como elas tinham decorrido. Contudo, os dois partidos de oposição autorizados pelo regime denunciaram a fraude generalizada na contagem dos votos. Muitas pessoas, particularmente os activistas de base, boicotaram as eleições. Bandeiras brancas, simbolizando o boicote, foram hasteadas em cidades importantes como Yogyakarta, Bandung e Semarang.

É compreensível que a população esteja a perder a confiança no processo político. Suharto controla as duas câmaras eleitorais, o DPR - o parlamento - e o MPR - a assembleia que designa o Presidente e o Vice-Presidente. O relatório do LBH destaca a presença dominante das Forças Armadas (ABRI) no seio do governo e da burocracia. Para além dos 20% de lugares que têm garantidos no Parlamento, detêm ainda 15 dos 27 lugares de governador e 11 pastas no governo. Apesar de ter havido algum debate acerca do papel dos militares, Suharto afirmou repetidas vezes, no ano passado, que este tinha sido historicamente determinado, ou seja, que é algo que não pode ser mudado. O relatório sustenta que o debate não surtiu qualquer efeito no seio da ABRI, pois esta, tendo muito embora invocado uma maior abertura e democracia em 1991, comportou-se em 1992 como a mais acérrima defensora da autoridade e do *status quo*. O chefe da ABRI, Gen. Try Sutrisno, tem frequentemente falado de forças internas que ameaçam a estabilidade nacional, chamando muitas vezes às organizações pró-democracia "*a quarta geração de comunistas*".

A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Verificou-se um crescimento das organizações de base que desenvolvem a sua actividade em áreas como a democracia, direitos dos trabalhadores, litígios em torno da posse de terras e questões relacionadas com o papel da mulher na sociedade. O grande número de greves ocorridas no último ano constitui um sinal da crescente determinação do povo indonésio em defender os seus direitos. Em Tangerang, onde a indústria ligeira é predominante, cerca de 60% das companhias não pagam o ordenado mínimo. E foi em Tangerang que se registou o maior número de greves. Segundo dados compilados a partir de relatos da imprensa, entre Janeiro a Outubro de 1992, 45.000 trabalhadores estiveram, naquela cidade, envolvidos em 82 greves. A nível nacional houve, no mesmo período, 177 conflitos de trabalho, incluindo greves, em que participaram 87 992 trabalhadores. A reacção por parte das autoridades foi bastante variada, mas ainda recentemente o Ministro do Trabalho, Cosmas Batubara, avisou que as greves poderiam afectar a competitividade internacional da Indonésia. Dirigentes do SPSI, a central sindical controlada pelo governo, têm feito repetidos apelos à moderação.

O LBH salienta ainda que, apesar do rápido crescimento económico, por todo o lado se vêem sinais de pobreza. A desigualdade de crescimento entre os sectores agrícola e industrial tem agravado ainda mais a já de si desequilibrada distribuição da riqueza. Segundo um director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Gadjah Mada, em Yogyakarta, pelo menos 30 milhões de pessoas (uma em cada seis) sofreram já a experiência da escassez alimentar, apesar de a Indonésia ser auto-suficiente em arroz.

Um factor acelerador da pobreza é o frequente deslocamento de famílias rurais, levado a cabo pelo governo e por grandes grupos económicos que expropriam as terras a troco de magras indemnizações. Estudantes de importantes universidades de Java e camponeses da região de Blangguan, na zona leste da ilha, foram presos no dia 23 de Janeiro deste ano, durante uma acção de protesto contra a base local da marinha. Uma unidade desta arma, que pretende apoderar-se daquela área, está a desenvolver esforços no sentido de expulsar das suas terras 136 famílias, num total de 600 pessoas. Ao longo do mês de Dezembro, estes camponeses tiveram de suportar o bombardeamento dos seus campos de milho e os tanques que lhes derrubavam as vedações, atravessavam os campos e entravam pelas casas. Muitas famílias viram as suas casas destruídas por tanques ou por fuzileiros que levavam consigo para a base as telhas e outros materiais. O local onde os alimentos se encontravam armazenados foi mandado encerrar definitivamente e os camponeses foram avisados de que se voltassem a plantar milho, os fuzileiros viriam arrancá-lo.

Os camponeses tinham já formulado um protesto junto do parlamento local contra a tentativa de expropriação das suas terras, mas sem resultado. Tinham, em particular, levantado a questão da insignificante oferta de 200 rupias [cerca de 15 escudos] por metro quadrado por uma terra tão boa. A forma prevista para a acção de protesto do dia 23 de Janeiro era a de levar a cabo a plantação maciça de milho naquela terra. Previa-se igualmente que uma delegação de 25 estudantes de várias cidades participasse também, num acto de solidariedade. Ao chegar ao local, os estudantes encontraram a área repleta de fuzileiros. As entradas da aldeia estavam fortemente guardadas por sentinelas armadas. Patrulhas em *Jeeps* percorriam as ruas e os caminhos. Na estação de autocarros da cidade mais próxima, grandes destacamentos de operacionais da polícia política referenciavam e seguiam os estudantes. O autocarro dos estudantes foi também seguido. Estes, entretanto, juntaram-se numa casa na extremidade da área. Os fuzileiros, secundados por unidades locais do exército e da polícia, começaram a fazer buscas de casa em casa para encontrar os estudantes. Podiam ouvir-se os gritos das mulheres enquanto os soldados tentavam arrancar-lhes informações. Os estudantes decidiram então retirar-se, a fim de poupar os aldeões a mais dificuldades. Puseram-se a caminho através dos campos de arroz, seguidos, ao que parece, por unidades do exército. Nessa altura, aproximadamente 40 estudantes e camponeses juntaram-se-lhes, numa tentativa de levar a cabo a planeada plantação de milho. Foram rapidamente cercados pelos fuzileiros, os quais terão prendido o grupo todo. Relatórios posteriores, no entanto, indicam que alguns dos presos conseguiram escapar.

Em Sydney, o comité indonésio de solidariedade **Aksi** exortou os australianos a enviar para a embaixada indonésia protestos contra estas acções. "***Estamos constantemente a receber relatórios sobre camponeses que são brutalmente expulsos das suas terras e sobre estudantes que são presos e perseguidos. Todos os estudantes e camponeses devem ser imediatamente libertados***", disse um porta-voz do Aksi. "***Igualmente grave é o facto de o governo australiano continuar a realizar exercícios conjuntos com a polícia política indonésia, ou seja o exército, e continue a canalizar para aquele regime dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores australianos, enquanto Suharto e a família ganham milhões dos seus negócios com os japoneses e os americanos***", acrescentou. □

Encontro internacional de solidariedade com Timor-Leste

Espalhar por toda a parte

Realizou-se em Amesterdão, de 19 a 21 de Fevereiro, mais um Encontro Internacional de Solidariedade com Timor-Leste. Nele participaram organizações provenientes de 15 países: Indonésia, Japão, Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha, Bélgica, França, Irlanda, Itália, Holanda, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia. Estiveram ainda presentes representantes das várias organizações políticas timorenses, CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere), Fretilin e UDT. Uma delegação da OPM (Organização de Libertação da Papua Ocidental) assistiu igualmente aos trabalhos.

UM MOMENTO PARTICULARMENTE CRÍTICO

O encontro ocorreu num momento particularmente crítico para a resistência timorense.

Ao longo de um debate político muito rico, em que os representantes timorenses expuseram o seu ponto de vista sobre a actual situação, foi possível construir um quadro mais exacto das dificuldades da luta. José Ramos-Horta, representante especial do CNRM, salientou o facto de que a Resistência, tendo muito embora sofrido um rude golpe, continua activa e que os canais por onde circula a informação permanecem em funcionamento. Abílio Araújo, chefe da Delegação Externa da Fretilin, chamou a atenção para o esforço de reorganização que está a ser feito no interior de Timor-Leste, de que é exemplo o aparecimento de novas organizações. Zacarias da Costa, líder do Comité Regional da UDT, salientou a importância da unidade dos timorenses na luta pela autodeterminação e reafirmou a disponibilidade da nova geração em dar um contributo activo para esta mesma unidade. Constâncio Pinto, Secretário do Comité Executivo do CNRM, relatou a sua experiência como organizador principal da manifestação do 12 de Novembro, as perseguições que sofreu, os meses de clandestinidade passados em Timor-Leste e na Indonésia e a recente fuga para Portugal. Este debate contou ainda com a presença de José Amorim, representante do CNRM para a Europa.

INSERIR TIMOR NO SEU VERDADEIRO CONTEXTO

No âmbito das decisões tomadas pelos grupos de solidariedade, destacam-se em particular duas iniciativas.

Na sequência de uma proposta feita pelas delegações timorenses às organizações de solidariedade, decidiu-se aproveitar a realização da **Conferência Mundial sobre Direitos Humanos**, que irá ser organizada pelas Nações Unidas, de 14 a 25 de Junho, em Viena e que terá uma participação mista de governos e ONG's, para fazer deslocar aí uma delegação timorense, de carácter político e cultural, no intuito de alertar a opinião pública para a causa de Timor.

A segunda iniciativa, igualmente proposta pelas delegações timorenses, consiste na organização de uma Conferência subordinada ao tema **Timor-Leste e a Indonésia: Autodeterminação, Direitos Humanos e Democracia**, a ter lugar em Manila, nas Filipinas, de 11 a 13 de Novembro de 1993. Esta conferência, que tem como objectivos políticos centrais a autodeterminação para Timor-Leste e a democracia para a Indonésia, propõe-se:

a) fazer de Timor uma questão iminentemente asiática, situando-a deste modo no seu verdadeiro contexto - o do Sueste Asiático;

b) chamar a atenção da comunidade internacional para a luta timorense contra a ocupação indonésia;

c) fomentar o diálogo entre os nacionalistas timorenses, o movimento indonésio pró-democracia e os activistas dos Direitos Humanos do Sueste Asiático, bem como fortalecer os laços de cooperação com as ONG's da região.

As organizações reunidas no Encontro decidiram ainda:

- lançar uma campanha contra a participação das companhias petrolíferas sediadas nos seus países na exploração do Mar de Timor;
- estudar a possibilidade de constituir um tribunal onde a Indonésia pudesse ser julgada por crimes contra a Humanidade;
- enviar às Embaixadas da Grã-Bretanha e da Alemanha cartas de protesto contra a venda de armas à Indonésia por parte destes países;
- enviar, em nome de todas as organizações presentes, uma mensagem de solidariedade ao cidadão inglês que se encontra preso por ter parcialmente destruído as instalações da British Aerospace, num gesto simbólico de protesto contra os negócios que aquela empresa mantém com a Indonésia e as consequências que daí advêm para os timorenses;
- enviar ainda uma mensagem ao Comandante Mau Huno e à Resistência timorense no interior do território.

A reunião apresentou em conferência de imprensa os resultados e conclusões do Encontro.

ASPECTOS POSITIVOS E INOVADORES

O Encontro deste ano caracterizou-se por alguns aspectos positivos e inovadores relativamente aos dos outros anos.

Em primeiro lugar, há que salientar o contributo decisivo das delegações timorenses, cuja participação foi particularmente rica não apenas do ponto de vista da análise da situação mas também porque partiram deles ideias concretas para algumas das mais importantes iniciativas em que as ONG's se vão empenhar ao longo do ano de 1993.

De assinalar igualmente a presença de dois países novos, a Irlanda e o Luxemburgo, onde anteriormente não havia grupos de solidariedade com Timor-Leste. A luta do povo timorense terá agora uma maior presença na CE.

Um terceiro aspecto positivo deste Encontro, prende-se com a qualidade do debate o que terá certamente consequências na acção futura dos grupos que estiveram presentes.

Por último, importa realçar o cuidado posto na organização do Encontro, de que resultou um melhor aproveitamento do tempo e uma maior concentração nos trabalhos, constituindo - aliada aos contactos pessoais que foi possível estabelecer - um dos factores mais positivos desta reunião. Os nossos parabéns ao Kommittee Indonesia, organizador e anfitrião do Encontro. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário**: Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem**: 1000 ex. **Assinatura anual**: 700$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317